Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades

Munir José Lauer*

Na obra Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades, Martha Nussbaum nos apresenta um manifesto, no qual defende as humanidades e as artes como fundamentais para a formação de cidadãos democráticos e participativos, numa sociedade complexa e global. Preocupa-se com os objetivos da educação voltada para o crescimento econômico, que prioriza o ensino de alunos economicamente produtivos, ao invés de indivíduos críticos e cidadãos sapientes e compreensivos. Esse enfoque nas competências lucrativas, para Nussbaum, enfraquece nossa percepção de crítica à autoridade e minimiza nosso apreço aos segregados e aos "diferentes de nós". E o enfraquecimento dessas capacidades básicas restringe o bem-estar das democracias. Lançando um alerta sobre as tentativas de reduzir o ensino a um instrumento do Produto Interno Bruto, percorrendo as ideias de alguns pensadores, como o indiano Rabindranath Tagore, Jean Jacques Rousseau, John Dewey, Donald Winicott e Ralph Elisson, a autora elabora um "modelo de desenvolvimento humano" de educação, objetivando a democracia e a educação de "cidadãos do mundo", de aspectos universais.

No primeiro capítulo, intitulado "A crise silenciosa", Nussbaum endossa que estamos vivendo uma crise mundial da educação. Reforçando o entendimento de que, se esse movimento acentuar-se, todas as nações estarão ocasionando o surgimento de gerações de máquinas produtivas, em vez de propiciar cidadãos dignos, que possam raciocinar por si próprios, analisando criticamente a tradição e entendendo o significado das preocupações, das amarguras e das ações dos outros. Depende disso, o futuro da democracia. Para a autora, a democracia ampara-se no respeito e no apreço aos outros. E essas mudanças radicais — a eliminação das humanidades e das artes — são parte de um processo em que não realizamos ainda uma eficaz reflexão sobre sua efetividade, não a escolhemos, porém, limitam fortemente nosso futuro. Há um paralelo proximal entre a cidadania democrática e o papel das humanidades e das artes.

Conforme Nussbaum, estamos sendo conduzidos para bens que nos salvaguardam, nos dão uma "cobertura material", no entanto, nos afastam da alma (da capacidade de pensar e imaginar), havendo a inibição da faculdade de pensar de

Recebido em: 07/01/2017 – Aprovado em: 05/05/2017 http://dx.doi.org/10.5335/rep.v24i2.7423

Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. Professor de Educação Física da rede estadual de ensino, em Pontão, RS. E-mail: munirjlauer@gmail.com

modo crítico, da faculdade de transcender as convenções locais e interpelar questões globais como um "cidadão do mundo", e da capacidade de conjecturar com simpatia, os momentos de dificuldade dos outros. Para a autora, a cultura de grupo que nos envolve e a cultura ampliada das normas sociais e das instituições políticas desempenham um papel importante quanto aos processos democráticos. Uma vez que toda democracia moderna é um espaco social em que as pessoas se diferenciam muito, é imprescindível o entendimento reflexivo de modo pertinente sobre um dilatado conjunto de culturas e nações, percorrendo desde aspectos da economia global até distintas interações nacionais e grupais. Segundo Nussbaum, sem a capacidade de imaginar o outro, não há esperança de suster instituições decentes.

Amparado no modelo de desenvolvimento capitalista, o objetivo da nacão deve ser o crescimento econômico, em detrimento da igualdade distributiva e social, da democracia estável, da qualidade das relações de gênero e raciais, das conquistas em educação e saúde, das liberdades políticas. Discordando de tal ideário, no segundo capítulo, "Educação para o lucro, educação para a democracia", Nussbaum salienta dois aspectos preponderantes: o fato de que produzir crescimento econômico não significa produzir democracia e a contrariedade da educação meramente sob o enfoque do crescimento econômico. Para a autora, o crescimento econômico não requer importância significativa à aspectos igualitários de acesso à educação. Nesse enfoque, um país pode obter crescimento, enquanto agricultores pobres mantêm-se analfabetos e alheios aos recursos básicos de informática. O crescimento econômico não objetiva que pobres tenham uma educação satisfatória, mas apenas, e somente, uma elite tecnológica e empresarial competente; aumentando, com isso, o PIB per capita mediante uma educação elitizada e técnica, tornando o estado cativante para investimentos externos.

Nesse modelo de desenvolvimento econômico, conforme Nussbaum, o aprendizado ativo socrático e a pesquisa por meio das artes foram menosprezados em prol de uma pedagogia conteudista dirigida, tão somente, a exames nacionais padronizados. O ato de pensar criticamente não seria uma parte destacável da educação voltada para o crescimento econômico. O que se almeja, nesse princípio, são trabalhadores obedientes, tecnicamente treinados para efetivar os projetos de elite. A educação para o crescimento econômico desconsidera as artes e a literatura para a criança, porque não demonstram direcionar efetividade ao progresso individual ou ao progresso da economia nacional. Os educadores do desenvolvimento econômico têm temor e aversão das artes, em razão de que uma percepção refinada e expandida é opositora da estupidez. A estupidez moral é utilíssima para executar programas de desenvolvimento econômico que desmerecem a igualdade. A educação para o crescimento econômico requer, obrigatoriamente, sujeitos que não identifiquem o outro, que assimilem mecanicamente o que o grupo diz, que procedam e vejam o mundo como burocratas submissos.

Como alternativa aos preceitos de desenvolvimento meramente econômicos, Nussbaum elabora o paradigma do desenvolvimento humano. Conforme esse modelo, o importante são as oportunidades, ou "capacidades", que cada sujeito possui em setores fundamentais, que vão desde a vida, a saúde e a integridade física até a liberdade política, a participação política e a educação. Esse modelo de desenvolvimento admite que todos os sujeitos portam uma dignidade humana inalienável, que necessita, sempre, ser garantida pelas leis e pelas instituições. Tal paradigma está vinculado com a democracia.

A legítima educação pela cidadania deve impor-se contra a dominação, contra o que estigmatiza as minorias. A democracia deve conter a hierarquia. Com esses princípios, Nussbaum, no terceiro capítulo, intitulado "Educar os cidadãos: os sentimentos morais (e antimorais)", faz uma narrativa da infância do ser humano, com o propósito de situar, dentro dela (da infância), situações-problema e recursos que as instituições e as normas sociais podem maximizar ou inibir.

Amparada em Freud e no Emílio de Rousseau, a autora sinaliza que da vergonha e da ansiedade surge uma aspiração premente de completude e de plenitude que nunca se distancia completamente. Essa aspiração de superar a vergonha da incompletude provoca muita instabilidade e risco psicológico, bem como, no desejo das crianças de escravizar os pais, o início de um mundo hierárquico. As crianças sentem-se constrangidas de sua impotência, sentem nojo de seus próprios resíduos. O nojo tem uma base evolutiva inata, porém, ele também implica o aprendizado, que se dá no meio social, na sociedade. Uma maneira operativa de se afastar completamente da sua própria animalidade é direcionar suas características (mau cheiro, limosidade, viscosidade) em grupos de sujeitos e, assim, tratá-los como contaminadores, uma espécie de subclasse. Como estão em sociedade, as crianças, aprendendo com os adultos que as rodeiam, dirigem seu "nojo projetivo" para um ou mais grupos inferiores concretos - negros, judeus, mulheres, homossexuais. Assim, o desejo inicial da criança narcisista de transformar os pais em escravos se concretiza, mediante a criação de uma hierarquia social. Esse processo, no entanto, representa uma ameaça constante à igualdade democrática.

Para Nussbaum, num teor de esperança, o reconhecimento de nossas fragilidades torna-nos pessoas sociáveis e tolerantes. E esse passo, ou seja, o entendimento de nossa inadequação, pode ser um indicativo de futuro, de uma comunidade generosa. Além do mais, uma formação positiva no seio familiar, juntamente com uma educação adequada, pode propiciar às crianças um interesse compassivo pelas carências dos outros, considerando que as outras pessoas também possuem os mesmos direitos. Entretanto, a compaixão não é confiável por si só, é algo mais complexo. O ser humano, geralmente, sente compaixão por quem ele conhece, e não por quem ele desconhece.

No quarto capítulo, "Pedagogia socrática: a importância da argumentação", Nussbaum enfatiza a importância do pensamento socrático para qualquer democracia, porém, sendo mais importante nas sociedades que precisam tratar com pessoas que se diferenciam por etnia, casta e religião. O entendimento de o indivíduo responsabilizar-se pelo próprio raciocínio e dinamizar ideias com os outros, num ambiente de respeitabilidade mútua, em nome da razão, é imprescindível para a solução pacífica das discrepâncias. O raciocínio socrático adquire status de uma prática social.

A autora descreve, nesse capítulo, modelos inestimáveis de educação socrática, que têm sido desenvolvidos há muito tempo, por inúmeros teóricos, como uma reação contra o ensino passivo: Jean-Jacques Rousseau (1712-1778); Johann Pestalozzi (1746-1827); Friedrich Froebel (1782-1852); Bronson Alcott (1799-1888); Horace Mann (1796-1859); John Dewey (1869-1952); Rabindranath Tagore (1861-1941). Nussbaum faz alusão também a uma fonte contemporânea de orientação prática: a coleção de livros produzida pelo filósofo Matthew Lipman. Segundo ela, nossa digressão histórica nos propiciou uma tradição viva que aplica valores socráticos para produzir um tipo de cidadão em especial: atuante, crítico, curioso, capaz de resistir à autoridade e à pressão dos iguais.

Os problemas que precisamos sanar, sejam econômicos, ambientais, religiosos ou políticos, detêm um alcance global. Não há expectativa de resolução, a não ser que os indivíduos, outrora distantes entre si, aproximem-se e cooperem como jamais ocorreu antes. Partindo desse enfoque, no quinto capítulo, "Cidadãos do mundo", Martha Nussbaum, reforça a tese de que nenhum de nós escapa dessa interdependência global. Nossas decisões, por mais simplistas que sejam, como consumidores, influenciam o padrão de vida de sujeitos de países distantes (e diferentes do nosso), que estão implicados na produção de bens usufruídos por nós. A educação, nesse sentido, deveria nos dar condições para atuarmos de fato nessas discussões, para nos apropriarmos como "cidadãos do mundo", em vez de meramente americanos, indianos ou europeus. As escolas, as faculdades e as universidades do mundo têm a responsabilidade urgente de alargar nos estudantes a capacidade de se autoperceber como integrantes de uma nação heterogênea e de um mundo ainda mais heterogêneo e de adquirir, por mínimos que sejam, conhecimentos da história e da natureza dos diversos grupos que nela vivem. A educação apropriada para se viver numa democracia pluralista deve apresentar aspectos multiculturais, deve ser amparada na aprendizagem de idiomas, história, economia e ciência política.

No sexto capítulo, "Cultivar a imaginação: a literatura e as artes", a autora ressalta que o desenvolvimento da compreensão tem sido um fator preponderante dos principais conceitos atuais sobre educação democrática, tanto nos países ocidentais quanto nos não ocidentais. Se há o interesse de desempenhá-lo de modo eficaz, as escolas e as universidades devem reservar um espaço de relevância no currículo para as humanidades e para as artes, avultando uma forma de educação participativa, que estimule e aprimore a aptidão de percepção do mundo através da ótica do outro. O aporte mais notório das artes para a vida, depois da escola, é consolidar os recursos emocionais e criativos da personalidade, possibilitando às crianças a eficácia de compreender tanto a si como aos outros como pessoas iguais, dignas e possuidoras de importância e valores pessoais. Estreitamente vinculado à capacidade socrática de criticar as tradições reacionárias ou injustas, o estimulo à imaginação desencadeia um suporte fundamental a essa atividade crítica.

Martha Nussbaum finaliza sua obra, com o sétimo capítulo, intitulado "A educação democrática na defensiva", questionando: "como está se saindo a educação para a cidadania democrática no mundo de hoje?" (2015, p. 121). A resposta não é nada animadora. Para ela, as humanidades são vistas, em grande medida, como desnecessárias, dando a impressão, de ser correto minimizar o seu espaço nas universidades e até mesmo eliminá-las definitivamente. Contudo, mesmo que essas mudanças perigosas sejam, de certo modo, determinadas de fora, não devemos responsabilizar, unicamente, fatores externos à universidade, visto que há também decisões equivocadas internamente. As humanidades encontram-se ameaçadas tanto no lado externo quanto no interno.

A imposição em defesa do crescimento econômico, conforme Nussbaum, levou a uma reformulação da educação universitária, tanto no ensino como na pesquisa. De acordo com o modelo voltado para o crescimento econômico, é imperativo querer saber qual é a contribuição de cada disciplina e de cada pesquisador para a economia. O conteúdo curricular modificou o material preocupado em insuflar a imaginação e praticar a capacidade crítica pelo material pertinente à preparação para a prova. Segundo a autora, mencionamos que gostamos da democracia e da autonomia, da liberdade de expressão, do respeito à diversidade e da compreensão dos outros; fizemos alusão a esses valores, entretanto, pensamos muito pouco sobre o que é importante para levá-los à próxima geração e assegurar sua sobrevivência. Absortos com a busca incessante da riqueza, solicitamos, cada vez mais, que nossas instituições educacionais originem geradores de lucro competentes em vez de cidadãos.

De acordo com Nussbaum, se essas tendências continuarem, teremos nações com uma massa de indivíduos tecnicamente treinada, que desconhece a crítica à autoridade, e geradores de lucro eficazes, mas com uma mente obtusa. Isso significa, para Nussbaum, "[...] um suicídio da alma. Poderia haver algo mais assustador?" (2015, p. 143).

Referência

NUSSBAUM, Martha. $Sem\ fins\ lucrativos$: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.